

Bernardo de Sá Nogueira, *Portugaliae Tabelionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa*, Vol. I, 1214-1234, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2005.

Bernardo de Sá Nogueira é autor de algumas dezenas de trabalhos, reportando-se muitos deles a temáticas de incidência paleográfica e diplomática e a edição de fontes. Tema forte da sua investigação é o tabelionato, em que apresentou dissertação de mestrado – sobre o tabelião de Lisboa Lourenço Eanes (1301-1332)¹ – e de doutoramento – génese e implantação do tabelionato e do instrumento público em Portugal² – para além de ter escrito outros trabalhos de menor âmbito. No panorama da nossa historiografia os seus estudos sobre esta matéria tornaram-se uma referência.

Dá agora à estampa a obra *Portugaliae Tabelionum Instrumenta. Documentação Notarial Portuguesa*, Vol. I, 1214-1234, com transcrição dos documentos, introdução, notas e índices da sua autoria, trabalho que reputo de grande valia.

Todos saberão, pelos trabalhos que realizei e os que saíram com a minha orientação, como sou partidária da publicação de fontes, um verdadeiro serviço público que todos aqueles que o fazem prestam à comunidade científica. E, devo dizê-lo, estamos mesmo muito atrasados nesta matéria, desde logo até em relação aos nossos colegas espanhóis, porque fomos (eu direi alguns foram) contaminados por uma falsa modernidade ou pós-modernidade dos estudos em História, que considerava tal labor de pouco apreço, se não mesmo de má fama. Por isso nos atrasámos na publicação de documentação tão rica e tão imprescindível como as chancelarias régias e as cortes, a par de muita outra proveniente de chancelarias monásticas, catedralícias, cole-

¹ Bernardo Sá Nogueira, *Lourenço Eanes: tabelião de Lisboa (1301-1332)*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1988 (policopiada).

² Bernardo Sá Nogueira, *Tabelionato e instrumento público em Portugal. Génese e implantação (1212-1279)*, 3 Vols., Lisboa, Faculdade de Letras, 1996 (policopiada).

giais ou municipais. Creio que hoje está ultrapassado o tabu, mas não recuperado o significativo atraso. Assim, cada passo dado nesse sentido, é sempre de acarinhar, como este que começa a empreender Bernardo de Sá Nogueira. Porque se estamos perante o primeiro volume, outros se lhe vão seguir, pelo menos até 1279, esperando nós que possam mesmo ir mais além.

Mas esta publicação é ainda mais singular dado que se propõe divulgar documentação tabeliônica. É mais comum encontrarmos publicações de documentação régia, monástica ou proveniente do clero secular. É certo que por dentro dela, sobretudo da eclesiástica, muitos documentos produzidos, sobretudo a partir do reinado de Afonso III, são essencialmente escritos por tabeliães.

Mas esta publicação pretende criar especificamente um *corpus* de documentação tabeliônica, o que considero da maior importância. Eu própria tenho em vista, como muitos sabem, contribuir para este acervo com a publicação do livro de notas do tabelião de Lamego Antão Dias que, em colaboração com Anísio Saraiva, se encontra já todo transcrito, faltando ultimar a sua revisão.

Bernardo de Sá Nogueira publica então um *corpus* de 241 documentos escritos por tabeliães que se alongam no tempo de 1214 a 1234. Como introdução à sua transcrição temos uma breve nota que explica o sentido deste labor e depois algumas observações preliminares que salientam as linhas fortes deste núcleo. Mas a obra completa-se com um índice cronológico da documentação, porque as transcrições documentais surgem por circunscrições jurisdicionais dos tabeliães, e dois outros utilíssimos índices, antroponímico e toponímico. São estes, auxiliares preciosos para quem pretenda utilizar na investigação este *corpus* documental, que assim dele pode colher rápida informação sobre um qualquer indivíduo que tenha em estudo, a par de profissões e estratos sociais de homens em religião ou seculares, ou ainda sobre alguma terra, região, instituição eclesiástica, circunscrição administrativa e até mesmo anotações de topografia urbana. Se em qualquer estudo os índices são fundamentais, numa edição de fontes, mais do que em nenhum outro, eles prestam um relevante serviço aos estudiosos.

Abrange a publicação os instrumentos escritos por tabeliães públicos, ou por escrivães às suas ordens, “enquanto magistrado de jurisdição voluntária pertencentes à administração civil, *stricto sensu*”, como escreve o autor,

não estando incluídos actos dos notários públicos das cúrias episcopais – que o autor admite poder vir a considerar no futuro, em núcleo individualizado – nem tão pouco de escrivães de funcionários públicos.

Trata-se da documentação respeitante ao período do primeiro tabelionato, designação do autor, que iniciando-se em 1214 vai durar até 1223, para então desaparecer e vir a recuperar-se apenas no reinado de D. Afonso III. No entanto, o tabelionato permanece sem rupturas em Braga, onde o arcebispo, como senhor temporal da cidade, nomeia para ela tabeliães, e por isso Bernardo de Sá Nogueira inclui a sua produção de 1224 até 1234 neste período.

Ao todo dá conta do labor de 26 tabeliães e 22 escrivães ou vice-tabeliães que para eles trabalharam. Também neste particular temos um apêndice de grande interesse. Trata-se da prosopografia deste universo de tabeliães e vice-tabeliães, que esclarece a sua intitulação, jurisdição, datas limites da sua actividade, documentação, sinal, registo, língua e algumas observações. A ciência diplomática fica agora mais rica com esta sistematização dos homens que dão fé pública aos actos escritos em Portugal, nos inícios de Duzentos. E recreamo-nos mesmo ao apreciar os seus sinais e tipo de escrita – e até teria sido desejável apresentar a reprodução de alguns instrumentos tabeliônicos para que o exercício pudesse ser mais completo – para além de conhecermos o alcance da sua jurisdição e o exercício prático das suas funções.

Sabemos então que os tabeliães mais importantes foram Paio Pais de Braga, Martim Martins de Guimarães, Pedro Peres de Coimbra, Estêvão de Viseu e Pedro Rol de Lisboa. Destaque ainda, neste conjunto, para Paio Pais e Martim Martins, que concretizaram uma sábia integração das tradições escriturais altomedievais, nas sanções, róboras e testemunhas, com as práticas do tabelionato moderno. E como caso verdadeiramente excepcional cite-se Pedro Rol, tabelião de Lisboa, que poderia figurar numa antologia da documentação notarial europeia. Os três documentos que por si mesmo escreve – os demais devem-se a três escrivães que trabalharam às suas ordens – são notáveis, em particular o compromisso de 1217, em que o bispo e cabido de Lisboa, de uma parte, e o prior e convento de S. Vicente de Fora, da outra, se comprometem a acatar a sentença a ser dada pelos três juízes

árbitros, D. Soeiro, bispo de Évora, Mestre Vicente, deão de Lisboa e Fernando Peres, outrora chantre de Lisboa. Toda a moderna teoria do notariado e do instrumento público notarial se encontra definida no escatocolo deste instrumento.

A documentação tabeliônica distribui-se geograficamente por várias cidades, vilas, terras e outras circuncrições administrativas (ao todo dezassete), estando à cabeça e a larga distância Braga, com 113 instrumentos, vindo depois Guimarães com 39, Coimbra com 38 e Viseu com 15.

Finalmente gostaria de salientar quanto este trabalho é importante para o estudo das tipologias documentais, ainda tão atrasado entre nós e da maior importância. É tema que, como se sabe, muito me interessa e tenho trabalhado para épocas posteriores, e sempre incentivo os meus orientandos a dar-lhe atenção. Se neste *corpus* cerca de 70% dos actos são vendas, a restante é bem variada englobando 23 tipos documentais simples ou mistos, o que é muito significativo. Continuam a ter um peso considerável os actos que se referem a transacções de bens – doações entre vivos ou *mortis causa* e permutas – mas também à exploração dos mesmos, que começa a ficar codificada pela escrita, entre nove contratos perpétuos e hereditários e onze contratos em vidas. E depois encontramos exemplares, entre outros, de empréstimos, remissão de dívidas, quitações e renúncias, sentenças, pactos, composições ou testamentos.

Tomamos plena consciência de que a escrita invade o quotidiano dos homens. Ela dá fé a todos os seus actos, ela guarda a memória do negócio para servir de prova no futuro. Grandes e pequenos não podem dela prescindir. Mas porque não sabem escever, nem poderiam fidelizar os escritos, recorrem aos tabeliães públicos, especialistas da escrita e dessa fé pública. O seu papel, se bem que se apague pontualmente, renascerá em meados da centúria de Duzentos para não mais desaparecer. O seu protagonismo e actividade avolumam-se nos séculos seguintes, de marcada economia mercantil e urbana, a clamar do escrito o sinal das suas transacções, do seu deve e haver, do movimento creditício do seu capital, como não menos dos seus actos mais privados de dotes, arras, testamentos ou inventários. E o tabelião em todos eles estará presente, conhecendo o meio que o rodeia e as pessoas que nele vivem, no seu público ou mais íntimo quotidiano. Ganhando

mesmo alguns deles, a par de muita arte e manha, uma significativa riqueza e um assinalável prestígio social³.

Maria Helena da Cruz Coelho

Gavin Menzies, 1421 – O Ano em que a China Descobriu o Mundo; Título original: *1421 – The Year China Discovered the World* (2002); Tradução: Maria Eduarda Colares; Edição: Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2004. 446 pp.

No início do século XV, nenhuma civilização conhecia mais de um terço da parte sólida da Terra. O horizonte da Europa Ocidental cobria tão-só, e em grande parte através de espessa neblina, 30% da superfície dos continentes e apenas uns 5% da dos mares. O conhecimento geográfico do mundo chinês, bem como o do muçulmano, era ainda mais restrito. Nenhum dos povos da África Negra terá conhecido mais de um quinto do seu continente, ou seja, uns 5% da parte sólida do nosso planeta e praticamente nada dos mares. Nenhuma das mais avançadas culturas do continente americano (aztecas, maias, incas, arauucas, caraíbas, chibchás) conheciam mais de 1% das terras emersas e quase nada dos mares. As duas mais vastas redes de trocas comerciais e culturais, o Mediterrâneo e o mundo indo-chinês, abarcariam uns 3 milhões de quilómetros quadrados (a superfície da Terra é de 500 milhões).

³ Este contorno social, económico e laboral dos tabeliães, nas centúrias de Trezentos e Quatrocentos, apresentamos já nós no artigo “Os tabeliães em Portugal, perfil profissional e sócio-económico”, in *Estudes de Diplomática Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2001, pp. 93-137.